

Projeto de Resolução n.º 560/XV/1ª

Recomenda ao Governo que adote uma posição favorável à Energia Nuclear e apoie novos projetos nesta área

Exposição de motivos

O cenário de instabilidade geopolítica e geoestratégica sentido no bloco europeu devido à invasão da Ucrânia reforçou a centralidade da neutralidade carbónica e da agenda de transição energética no discurso e ação das instituições europeias. Dia após dia vemos as nações europeias serem instadas a garantir a sua soberania energética por forma a assegurar a independência face à Rússia, que constituía um dos principais fornecedores de gás e petróleo de grande parte dos países europeus.

A União Europeia adotou como principais objetivos a poupança de energia, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético, como forma de mitigação de preços e transição energética.

Contudo, se há fonte de produção energética segura, limpa e eficiente - por oposição ao que muitas vezes é erroneamente propalado - é justamente a energia nuclear.

A energia nuclear é uma alternativa de baixas emissões de carbono quando comparada com os combustíveis fósseis e constitui uma componente essencial do cabaz energético de 13 dos 27 Estados-Membros, representando quase 26% da energia elétrica produzida na UE.

Embora sejam os Estados-Membros que optem por incluir ou não a energia nuclear no seu cabaz energético, a legislação da UE tem por objetivo melhorar as normas de segurança das centrais nucleares, assegurando que os resíduos nucleares são manipulados e eliminados de forma segura.

Segundo Eduardo Alves, investigador do Campus Tecnológico e Nuclear: “o medo que as pessoas têm da energia nuclear deve-se ao desconhecimento. O grande mal é que desde o início da produção de energia elétrica em reatores nucleares não houve

preocupação de informar as pessoas. Era mais simples e barato queimar petróleo e carvão e agora sofremos as grandes consequências disso. Criámos toda a economia mundial à volta de combustíveis fósseis”.¹

Esta solução energética é aquela que tem menor impacto em termos de exploração de recursos naturais, consubstanciando uma mais-valia para os objetivos de descarbonização, nomeadamente, aquando da sua produção, não promove emissões de dióxido de carbono, poeiras ou outros resíduos para a atmosfera. Contudo, a grande aposta realizada nas renováveis, leva a que vários especialistas destaquem o seu desempenho energético negativo – pela sua intermitência e fraca densidade energética.

Desta forma, revela-se cada vez mais fundamental que se considere uma nova política, onde a energia nuclear tenha lugar num “mix” renováveis/nuclear. Em termos nacionais, deveria ser este o foco da política energética portuguesa, inspirada nos exemplos da Suécia, Finlândia e França, países que têm sido eficazes na diminuição de emissões, garantindo também preços de eletricidade mais competitivos.

Neste sentido, 11 países da UE – Bulgária, Croácia, República Checa, Hungria, Finlândia, Holanda, Polónia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia – liderados por França, têm vindo a encetar conversações com o objetivo de apoiar novos projetos nucleares baseados em tecnologias inovadoras.

No fundo, pretende-se a criação de uma aliança de energia nuclear que reforce a taxonomia verde da Comissão Europeia que já considera o gás natural e a energia nuclear como sustentáveis.

A Europa tem percebido da pior forma o impacto que a sua dependência energética relativamente à Rússia tem no fornecimento dos países. Por isso, a Comissão Europeia criou um novo plano, em maio de 2022, o REPowerEU, de que se destaca o rótulo “verde” para o gás e a energia nuclear.

O plano foi apresentado pela Comissão Europeia para classificar investimentos em gás natural e energia nuclear como sustentáveis, sendo que os eurodeputados acabaram

¹ [“Energia nuclear é essencial para sair de mundo asfixiado pelo CO2” \(industriaeambiente.pt\)](https://www.industriaeambiente.pt)

por dar luz verde ao gás natural e à energia nuclear, considerando estes dois recursos como necessários para a mitigação de efeitos de mudanças no clima.

Para obterem a nova classificação, as centrais nucleares não podem emitir CO2 e as de gás têm de utilizar as tecnologias mais recentes.

A nova classificação deverá favorecer o investimento privado em projetos de gás natural e de energia nuclear, numa altura em que a transição para as energias renováveis encontra diversos obstáculos a atrasar o processo.

Portugal continua a não ter autonomia energética, estando dependente do exterior, o que implica que seja duplamente um dos países europeus com maior nível de importação de energia e com os preços mais elevados de energia elétrica. As nossas faturas da eletricidade descrevem a origem da energia consumida em Portugal, pelo que, facilmente se pode identificar a utilização de eletricidade produzida através de energia nuclear, importada de Espanha e de França²³.

Segundo dados da REN, a produção de energia renovável abasteceu 59% do consumo de eletricidade em Portugal em 2021, em que a energia eólica representou 26%, havendo ainda o registo de 27% hidroelétrica, 7% biomassa e 3,5% fotovoltaica, enquanto a produção não renovável abasteceu 31%⁴, sendo premente definir outra forma viável de produzir energia.

De todas as soluções a única que conhecemos porque a tecnologia está testada é a nuclear, como demonstra o modelo energético francês que conta com 70% de eletricidade produzida em centrais nucleares. A guerra na Ucrânia evidenciou que não há nenhum método atual de produção de energia que consiga, no espaço de uma década, ter um sistema alternativo ao carvão, petróleo e gás.

Desta forma, é imperativo que Portugal não deixe obviamente cair o investimento nas renováveis, mas torna-se igualmente fundamental apostar num modelo que

² [Portugal importou 65% da energia. Só 5% veio da Rússia – ECO \(sapo.pt\)](#)

³ [Portugal importou o dobro da energia elétrica em 2022 - Energia - Jornal de Negócios \(jornaldenegocios.pt\)](#)

⁴ [REN - Produção renovável abastece 59% do consumo de energia elétrica em 2021](#)

efetivamente ambicione a soberania energética do país, sendo que o nuclear e o hidrogénio de baixo carbono são apostas de enorme relevância.

Segundo especialistas e técnicos portugueses relacionados com esta temática, estima-se que entre cinco e dez anos será possível ter um reator a produzir energia. Até lá, revela-se fundamental que Portugal acompanhe, ao nível das instituições europeias, as demandas dos países dos quais importa energia, se estas se revelarem mais eficientes, limpas e sustentáveis, como é o caso da energia nuclear.

É ainda extremamente pertinente ressaltar a importância para que a União Europeia considere como “limpa” a produção de hidrogénio através de eletricidade produzida em centrais nucleares, ao invés de ser produzido apenas por fontes de energia renovável, isto é, promover o “hidrogénio de baixo carbono” e, desta forma, rentabilizar e dar viabilidade ao gasoduto Barcelona-Marselha (H2Med). Este gasoduto batizado por H2Med, prevê a ligação terrestre entre Portugal e Espanha, mais concretamente entre Celorico da Beira e Zamora e posteriormente por via submarina entre Barcelona e Marselha. Contudo, o grande fito passa supostamente para o transporte exclusivo de hidrogénio verde e não o de baixo carbono. Desta feita, a Ministra francesa para a Transição Ecológica, Agnès Pannier-Runacher, veio recentemente demonstrar a sua preocupação face à resistência que alguns países europeus demonstraram em não considerarem como energia “limpa” o hidrogénio produzido via centrais nucleares e assim, não preverem a sua injeção no referido gasoduto⁵. Ora, estando claramente em causa este projeto, reitera-se a importância de Portugal se posicionar a favor do hidrogénio de baixo carbono e por conseguinte à energia nuclear.

Assim, ao abrigo das disposições procedimentais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA, recomendam ao governo que:

1 – Proceda à realização de um estudo técnico-económico para a implementação de uma solução de energia nuclear.

⁵ [França avisa que sem hidrogénio nuclear gasoduto Barcelona-Marselha está ameaçado \(dn.pt\)](#)

2 – Acompanhe o grupo de 11 países liderados por França na persecução de uma aliança em torno da energia nuclear de forma a apoiar novos projetos nesta área.

3 – Assuma a posição de apoio para a promoção do “hidrogénio de baixo carbono”

Palácio de São Bento, 22 de março de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias
- Rui Afonso - Rui Paulo Sousa